

*Manual
de Metodologia
Dialética*

Louis LAVELLE

Tradução de OLAVO DE CARVALHO¹



LOUIS LAVELLE
(1883-1951)



CURITIBA
2004

¹ Traduzido da primeira edição, *Manuel de Méthodologie Dialectique*, Paris, P. U. F., 1962. Esta tradução é feita exclusivamente para leitura em classe pelos alunos do *Seminário de Filosofia de Olavo de Carvalho*, não podendo ser copiada nem difundida para outros fins. Os números entre colchetes indicam a paginação da edição francesa. Os trechos entre colchetes são de responsabilidade dos preparadores da edição P. U. F., Gisèle Brelet e Gilbert Varet.

LIVRO I
A REFLEXÃO



CAPÍTULO I
REFLEXÃO E MÉTODO

PROPOSIÇÃO I. – *Não há senão uma filosofia, mas que tem aspectos diferentes.*

Não há senão uma filosofia, como não há senão um mundo. E, como há diferentes perspectivas sobre o mesmo mundo, há também diferentes aspectos da filosofia, nos quais se exprime a personalidade de cada filósofo. Mas a filosofia busca compreendê-los e ultrapassá-los. Ela é ao mesmo tempo um conhecimento e uma sabedoria: um conhecimento do ser, sobre o qual se funda uma sabedoria da conduta. Ela busca dar a significação do universo, ao mesmo tempo, à inteligência que o contempla e à vontade que nele se exerce. Esse empreendimento deve ser válido para todos os homens e não apenas para um só: pois todos os homens são como que um mesmo homem cujos pensamentos se atualizam nas diferentes consciências, não somente em abstrato e por serem eles submetidos às mesmas leis, mas no plano do fato, porque esses mesmos pensamentos que ele tem se atualizam nas diferentes consciências em que se harmonizam ou se combatem como na sua própria. De tal modo que nenhuma filosofia pode valer para mim que não valha para todos; e, se a aplicação que eu dê a ela deve variar conforme a minha situação original no mundo, é para confirmar minha verdade e não para contradizê-la.

PROP. II. – *Há na filosofia uma exigência de veracidade, que não pode ser satisfeita senão por uma experiência intelectual.*

Do mesmo modo, a filosofia não pode contentar-se com exprimir os votos da sensibilidade, que são freqüentemente confusos e incertos, que encerram uma espécie de hipoteca sobre o futuro, e que arriscam nos decepcionar mesmo quando vêm a ser satisfeitos. É preciso que ela [4] me estabeleça na verdade de mim mesmo e do mundo, uma verdade que força meu assentimento e o assentimento de todos, que regre meus desejos em vez de responder-lhes. É preciso portanto que ela tenha um caráter de necessidade. Não que essa necessidade seja inevitavelmente aquela do raciocínio, se bem que o raciocínio a confirme e a explicita: é uma necessidade mais primordial e mais profunda, aquela de uma experiência sempre disponível e à qual é impossível escapar. Essa experiência não é de modo algum imediata: precisa sempre ser reencontrada e aprofundada. Aí reside a tarefa do filósofo, que a propõe incessantemente a outros, para que a obtenham por sua

vez. Ninguém a possui que não possa perdê-la. Mas ela não pode ser comum a todos e impor-se a cada um senão porque é uma experiência veraz. Ora, a experiência da verdade não pode ser outra senão uma experiência intelectual. Não há outra filosofia senão o intelectualismo.

PROP. III. – *O método reside numa conduta da inteligência.*

A filosofia reside portanto numa certa ação da inteligência. Não se tratará absolutamente de buscar conhecer a inteligência, porque é a inteligência mesma que deverá conhecê-la. Conhecer a inteligência é somente exercê-la. Mas ela não se exerce sozinha. Ou, ao menos, ela tende em direção a um objeto do qual busca adquirir uma espécie de posse: mas ela lhe dá uma tal transparência que ele parece resolver-se nela e que a presença dela a todo o real se torna, no fim, sua própria presença a si mesma. Acontece aqui como com a luz, que começa por aclarar a obscuridade do mundo e da qual nos perguntamos hoje em dia se ela não é também a substância desse mundo. Daí vem que a filosofia nos pareça sempre consistir numa direção da inteligência, isto é, num certo método, e que esse método mesmo pareça se confundir com a doutrina, como o mostra o exemplo de todos os grandes filósofos. A filosofia depende de uma operação da atenção, constantemente renovada, que, uma vez produzida como se deve, nos revelará o ser mesmo que nós somos e sua inserção no todo do Ser, do qual ele é ao mesmo tempo separado e inseparável.

PROP. IV. – *O método filosófico busca na subjetividade a razão de ser da objetividade.*

Mas como devo exercer minha atenção? Qual direção devo lhe dar? O mundo que tenho diante dos olhos me [5] revela mesmo a presença de um mundo do qual não conheço os limites, no meio do qual está situado um corpo que chamo de meu, o qual se distingue dele e permanece sempre em relação com ele. Desde que minha atenção se aplique a esse mundo, ela constitui a ciência, que é a obra da inteligência. Mas o que a filosofia busca é precisamente a significação desse mundo que tenho diante dos olhos, e cujo mistério posso dizer que cresce à medida que o conheço melhor. Esse sentido é invisível; ele depende somente do meu pensamento; não tem existência senão dentro de mim mesmo, num ato cujo cumprimento depende de mim, e que conserva sempre um caráter de subjetividade irremediável. A subjetividade, aqui, não é a dos meus estados de alma, que permanece sempre subordinada ao corpo; é a do espírito mesmo enquanto capaz de dar um sentido a todas as coisas, incluindo meus estados de alma mesmos. A filosofia busca sempre na subjetividade a razão de ser da objetividade.

PROP. V. – *[A reflexão é a demarche intelectual pela qual o sujeito funda na experiência efetiva de si mesmo a possibilidade de toda experiência, externa ou interna.]*

Estávamos lidando agora mesmo com uma inteligência que buscava atingir um objeto, e mesmo fazer da totalidade do ser um objeto para ela. Agora ela deve desviar-se do objeto tal como está dado numa experiência exterior, a fim de buscar uma experiência interior que possa fundar esse objeto e dar-lhe sua significação. Sobre que incidirá, por sua vez, essa experiência? Incidirá sobre um objeto secreto e que não tivesse existência senão só para nós? Mas é evidente que essa experiência não seria mais instrutiva do que a anterior: ela seria incapaz de nos dar o sentido, isto é, de justificar-se, bem como de justificar a experiência que havíamos abandonado.

Não pode ser senão a experiência da subjetividade mesma, definida como a condição sem a qual não haveria para nós nenhuma experiência, nem externa, nem interna. Aí não está somente o enunciado de uma condição formal e puramente lógica sem a qual nenhuma experiência me apareceria como possível, mas uma experiência real, que é, não a de um objeto novo, mas aquela que o sujeito adquire de si mesmo, isto é, de sua própria ação subjetiva, na medida em que ele sustenta toda a experiência que possa chamar de sua. É a essa [6] demarcação pela qual a inteligência, em vez de olhar para a frente em direção ao seu objeto, olha para trás em direção ao sujeito dessa experiência, que damos o nome de reflexão.

PROP VI. – [O sujeito absoluto é ao mesmo tempo a condição do sujeito em geral, do sujeito individual e do acordo entre eles.]

Esse sujeito mesmo não pode ser confundido com a inteligência, se bem que a inteligência seja suportada por ele – bem diversamente, é verdade, daquela experiência da qual ele mesmo era o centro. Pois essa inteligência, embora sempre exercida por mim, é em mim aquilo mesmo pelo qual me conheço, me situo e me ultrapasso. Por isso ela não se contenta com descobrir o sujeito da experiência: ela busca o sentido dele. Há nele muitos caracteres que lhe escapam e que ela busca aprofundar: esse sujeito lhe revela sua limitação, na medida em que ele não seja ainda senão sujeito psicológico e centro de uma perspectiva que não pertence senão a ele só. Um sujeito tal não é senão a determinação do sujeito em geral, posto nele sob uma forma concreta mas que é a condição de possibilidade de toda a experiência, e não somente de tal ou qual experiência. Mas mesmo isso não pode nos bastar: pois ainda se coloca a questão de saber por que há assim sujeitos diferentes que possam se tornar o centro não somente de uma perspectiva individual, mas mesmo de uma perspectiva qualquer. Isto leva-me a colocar um sujeito absoluto que é não somente a condição da existência do sujeito em geral -- como o sujeito em geral era a condição do sujeito individual e como o sujeito individual era o sujeito da minha experiência concreta, objetiva e subjetiva --, mas a condição, ao mesmo tempo, do sujeito em geral, do sujeito individual e do acordo entre eles.

PROP. VII. – [Há uma experiência do sujeito absoluto, como há uma experiência do sujeito em geral e uma experiência do sujeito psicológico.]

Não se deve afirmar que um sujeito tal não seja objeto de nenhuma experiência. Pois pode-se dizer que a filosofia sofreu sempre da limitação de sentido da palavra “experiência”, que se quis aplicar somente ao conhecimento sensível do objeto material ou, a rigor, de nossos estados de alma. Mas há uma experiência do sujeito psicológico sem a qual eu não poderia dizer “eu”, nem mesmo dizer “meu corpo”, já que meu corpo não se distinguiria de nenhum outro objeto e que esses objetos seriam [7] postos como objetos sem que eu pudesse dizer que sou eu quem os percebe. Do mesmo modo, há uma experiência do sujeito em geral, sempre associada ao sujeito individual, que a preenche, por assim dizer, com suas experiências particulares: mas sem uma experiência tal eu não poderia nem me considerar a mim mesmo como sujeito verdadeiro, isto é, [como] uma possibilidade que as ações de minha liberdade e os acontecimentos em minha vida não cessam de determinar, nem entrar em relação com outros sujeitos, que existem como eu se bem que com outras determinações. Há, por fim, uma experiência do sujeito absoluto, ligado ao qual me experimento a mim mesmo sempre, mas sempre desigual; sujeito em relação ao qual minha atividade é sempre recebida, que não cessa jamais de me fornecer e ao qual permaneço constantemente presente para estar presente a mim mesmo. Há aqui uma passividade da qual se

pode dizer que é de sentido inverso àquela da experiência externa, já que esta me puxa incessantemente para fora de mim mesmo, ao passo que aquela aumenta incessantemente minha intimidade a mim mesmo.

PROP. VIII. – [O verdadeiro método em filosofia consiste na análise, pelo eu, de uma experiência total da qual ele faz parte.]

Que não se diga que tal experiência é impossível, e que o próprio do eu é permanecer sempre encerrado nos seus próprios limites. Isso não é verdade. A maior dificuldade para a inteligência é, ao contrário, a de fixar os limites mesmos do eu: sem dúvida eles são singularmente móveis. O próprio da experiência do eu é colocar-se sempre em relação com coisas que são diferentes dele, com seu corpo, e por intermédio deste com os corpos que não são o seu, com idéias das quais se pode dizer que ele as pensa, mas que não são ele, com uma atividade que o ultrapassa e que ele sofre ao mesmo tempo que a exerce. Há [portanto] formas bem diferentes de experiência; mas elas têm todas o mesmo caráter: é que colocam o eu em relação com um todo do qual ele faz parte, que se opõem a ele, mas no qual ele se inscreve, que não cessa de o alimentar mais ainda do que o limita. A mais sutil dessas experiências é a da relação do meu ato próprio com o ato mesmo que o funda, e do qual se crê com demasiada freqüência que, se é exterior a mim, não é nada mais que uma coisa ou uma hipótese que não verifico. É um pouco como se eu sustentasse que não tenho nada mais que a experiência do meu corpo e que não posso ter experiência do mundo. Mas como não apreendo] meu corpo senão no mundo, não apreendo meu ato próprio senão em relação a um ato que me está presente, do qual participo sempre imperfeitamente e que não é meu, se bem que eu receba dele a potência mesma que tenho de agir e de fazer minhas todas as espécies de experiências, até aquela que tenho dele em suas relações com aquilo que sou. Aí está sem dúvida a experiência mais alta que eu possa fazer, para além da qual não subo; ela constitui o ápice e o coração da metafísica; depende de nós jamais esquecê-la. Todas as experiências particulares derivam dela; ela é sua chave de abóbada. Assim a filosofia mesma nos revela seu verdadeiro método, que é a análise da totalidade da experiência e das relações que unem entre si suas diferentes espécies.

PROP. IX. – [Pela reflexão, apreendemos a atividade do nosso espírito; pelo método, a colocamos em ação, a fim de instaurar uma ordem nos nossos pensamentos e nas nossas ações.]

Tal é o cume a que pode ascender a reflexão. Depois é preciso descer, isto é, pensar e viver. Aqui intervém o método, cujo papel, se assim podemos dizer, é o de utilizar o tempo em vez de padecê-lo, o de substituir à ordem dos acontecimentos, que se impõe a nós malgrado nós mesmos, uma outra ordem escolhida e desejada pela qual se marcam as exigências interiores da nossa consciência, mas também a nossa intervenção original no mundo, isto é, nossa existência mesma em sua relação com o mundo, na medida em que nossa existência não é nada se não é capaz de compreendê-lo e de modificá-lo. O tempo é portanto, de uma só vez, o instrumento de nossa servidão e de nossa liberação. Poder-se-ia dizer, é verdade, que o eu poderia contentar-se, para afirmar sua independência, com perturbar a ordem do mundo mediante irrupções súbitas e sem liame. É o que se observa numa liberdade que busca dar prova dela mesma em demarches negativas, pelas quais dá testemunho, no mundo, contra o mundo mesmo. Mas entre essas irrupções descontínuas, ela se renuncia a si mesma; ou então é preciso que ela se reencontre até na relação que as une. Mas, se ela crê triunfar do mundo nesse ponto e nesse instante em que ela se exerce, o que não acontece, é o mundo mesmo que triunfa sobre ela em todos os outros

instantes e em todos os outros pontos. O método é portanto o único meio que temos de, por um lado, assegurar ao [9] nosso espírito uma aplicação contínua, isto é, de torná-lo senhor de si mesmo e de lhe permitir, por outro lado, ao menos parcialmente, igualar-se, como bem o tinha visto Descartes, à totalidade do mundo. Há de notar-se que o método é intelectual e voluntário ao mesmo tempo, que ele instaura uma ordem entre nossos pensamentos, mas que essa ordem entre nossos pensamentos não pode ser separada de uma outra ordem entre nossas ações, com a ressalva, no entanto, de que o método não tem por objeto recriar o mundo, seja pelo pensamento, seja pela ação, mas responder às solicitações do acontecimento, isto é, resolver os problemas que nos são propostos pelas circunstâncias mesmas em que estamos colocados, de acordo com certas regras de que podemos dispor sempre. Enfim, convém observar que, se o próprio da reflexão é colocar-nos em presença de um primeiro termo no qual, por assim dizer, tomamos posse da atividade do nosso espírito, o próprio do método é colocá-la em ação de tal modo que ela possa engendrar o conhecimento e dirigir a conduta. Por isso é preciso dizer, malgrado o paradoxo, que, se a reflexão é uma demarche ascendente do espírito, destinada a nos estabelecer na fonte mesma do pensamento, o método é uma demarche descendente na qual esse pensamento mesmo responde a todos os problemas que a existência lhe coloca.

PROP. X. – *O mais profundo de nós mesmos não é o ponto mais obscuro e sim o mais luminoso.*

É um grande erro pensar que o ponto mais profundo de nós mesmos, o ponto em que nosso ser próprio se insere no ser absoluto, seja também o ponto mais obscuro, como uma espécie de sol negro donde irradiasse toda a luz que nos aclara. O ponto mais profundo de nós mesmos não é de maneira alguma aquele problema último que recua sempre e que não conseguimos jamais colocar, é aquele ponto perfeitamente simples e indivisível e que no entanto preenche tudo -- segundo o dito de Pascal --, cuja presença se reencontra por toda parte e dá uma espécie de transparência àquilo que é, e não se revela a nós senão em certos instantes fugidios que em vão buscamos reter. Vamos sempre do mais claro ao menos claro e do ápice da consciência a todas as zonas de penumbra que o rodeiam. Era esse o sentido da demarche de Descartes no *Cogito*. Não temos outro recurso senão recomeçá-la sempre. [10]

PROP. XI. – *A filosofia dá-nos consciência daquele aspecto subjetivo do conhecimento, que se absorve quase sempre na objetividade do conhecido.*

No ato de conhecimento, o interesse do espírito liga-se sempre ao objeto conhecido no qual essa atividade se absorve e desaparece. É essa atividade, que é constitutiva do sujeito, que a filosofia empreende captar. Ela não pode chegar a isso senão por um tipo particular de análise, que, em vez de distinguir os elementos num mesmo objeto, remonta do condicionado à condição, mas sem que haja homogeneidade entre esses dois termos, e de tal maneira que a condição não somente não possa ser destacada do condicionado, mas seja ela própria idêntica ao ato mesmo que a coloca.

PROP. XII. – *Toda filosofia marca um retorno ao sujeito, que se revela por um ato que é sempre o mesmo e sempre novo, isto é, sempre renascente.*

Que a filosofia seja sempre um retorno ao sujeito, é o que percebemos com bastante clareza tanto pela nossa própria experiência filosófica quanto pela experiência de todos os filósofos para os quais se trata menos de reconstruir o mundo que de atingir aquela atividade mesma pela qual o sujeito produz seu próprio conhecimento do mundo e a inserção de sua própria vontade no mundo. Esse retorno é sempre o mesmo: é a descoberta mais antiga, mas que deve recomeçar em todos os instantes, não somente porque ninguém pode fazê-la em meu lugar, mas ainda porque eu mesmo não posso fazê-la de uma vez por todas, pois devo, ao contrário, regenerá-la em cada uma das operações particulares pelas quais me coloco um problema filosófico novo.

PROP. XIII. – *A reflexão retoma incessantemente em mãos a atividade mesma da qual ela emana.*

A reflexão é a origem da consciência que temos de nós mesmos e do mundo. E não há consciência espontânea. A espontaneidade não tem necessidade de consciência. Toda consciência é uma tomada de posse de si e de todo o real, a qual supõe uma atividade e a retorna, por assim dizer, em direção a ela mesma para apreendê-la. Que esse retorno, que essa divisão produzam a consciência, aí reside talvez o verdadeiro mistério do ser. [11] No entanto, se é contraditório imaginar uma atividade que não seja, ela mesma, uma atividade do espírito, e se é impossível imaginar o espírito sem a consciência, a reflexão é menos constitutiva da consciência do que da nossa própria consciência. Nossa consciência é portanto uma derivação do ato criador, na medida em que essa ato se torna nosso ato próprio na demarche da reflexão. Essa demarche não é jamais senão uma demarche de participação; ela tem como fiador, na atividade criadora, uma forma determinada de espontaneidade, que conseguimos separar dela como o correlativo mesmo da operação reflexiva que a coloca como seu próprio antecedente, a fim de conquistá-la e de ultrapassá-la.

PROP. XVI. – *Pode-se considerar que a reflexão surja do obstáculo, mas este nunca é para ela senão uma ocasião: a reflexão é uma disposição permanente da consciência, à qual o obstáculo, ao limitá-la, dá uma aplicação particular.*

A palavra mesma “reflexão” convida-nos a considerar a reflexão uma derivação da espontaneidade primitiva, no momento em que ela volta a brotar contra um obstáculo. E, de fato, é assim que se pode com efeito descrever a gênese histórica da reflexão. Mas isso não nos permite conceber sua verdadeira natureza. Pois, se nos contentássemos com tal descrição, a reflexão pareceria um fenômeno puramente mecânico. Ora, o obstáculo não produz necessariamente reflexão, e acontece que a reflexão pareça surgir por si mesma, sem que se possa discernir nenhum obstáculo. O obstáculo é uma ocasião que pode fazê-la nascer, que a suscita cada vez que ela se aplica a um problema particular. Todavia, a reflexão é o ato pelo qual a liberdade se descobre e se constitui. Na sua forma mais perfeita, ela é uma espécie de operação permanente do eu, sempre desperta, debruçada sobre o seu próprio poder; e do obstáculo é preciso dizer, não mesmo que é ele quem a abala, mas que é ele quem dirige a sua aplicação.

PROP. XV. – *A reflexão é um retorno à fonte comum do entendimento e do querer.*

Ninguém reflete, propriamente, sobre coisas, mas sobre aquela atividade mesma que conhece as coisas ou que as modifica. É dessa atividade que a reflexão tenta se apoderar [12] para justificá-la ou para regrabar-lhe o curso: ela ultrapassa a oposição do entendimento e do querer, os quais não se dissociam senão pelo objeto mesmo ao qual se aplicam, mas não pelo seu exercício puro. A reflexão reencontra a atividade do espírito na sua fonte mesma, antes de que ela tenha se dividido, na participação, para permitir que o ser finito contemple um mundo que ele não criou ou o transforme segundo o seu próprio poder. Ela funda essa divisão das faculdades, que é a lei mesma da consciência; ela as põe em comunicação; ela as obriga a determinar-se pelas mesmas razões.

PROP. XVI. – *A reflexão muda o estado da consciência ao tentar explicá-lo.*

A reflexão é o ato característico da consciência: pode-se bem dizer que ela supõe já a consciência, mas que ela própria pertence à consciência. Ela é o ato da consciência na medida em que esse ato se aprofunda. É vão pretender distinguir entre a consciência espontânea e a consciência refletida. Pois no seu ato mais elementar a consciência já é consciência refletida. Mas, se a consciência está sempre numa tensão entre o ato que cumpre e o objeto a que se aplica, a consciência em sua demarche inicial não é atenta senão à relação do ato com seu objeto, ao passo que a reflexão numa segunda demarche examina mais a relação do objeto com o ato que a ele se aplica. A relação é a mesma, mas o acento não cai mais sobre o mesmo termo. Isso basta para que se possa pensar que a reflexão modifica a consciência, mas esta modificação permanece interior à consciência: é a consciência que se explica a si mesma, em vez de se absorver no efeito da sua operação.

PROP. XVII. – *A reflexão não tem por efeito interromper a vida, mas espiritualizá-la e promovê-la.*

Se é evidente que a reflexão não pode ser oposta à consciência e é somente o aprofundamento dela, há um acordo geral que a opõe à vida: pois a vida é uma espontaneidade, que o próprio da reflexão seria precisamente interromper. Mas esta observação comporta numerosas reservas. Pois a reflexão vem da vida e é ela mesma uma forma da vida: voltá-la contra a vida é fazer mau uso dela. É considerar a vida mesma em sua [13] demarche mais rudimentar, e a reflexão num estado de isolamento no qual ela parece repelir a espontaneidade, ao passo que ela lança luz sobre a ponta desta última. Ora, não somente a reflexão não pode ser destacada da vida, mas ainda ela é transportada pela vida mesma, à qual ela dá um caráter espiritual e que ela não cessa de afinar e promover.

PROP. XVIII. – *A reflexão destaca-se do mundo, mas para assumir o mundo, permanecendo ela mesma fora do mundo.*

A reflexão não se destaca ela própria da consciência nem da vida, que são, uma e outra, modos da atividade da qual a reflexão é sem dúvida uma espécie de uso mais pessoal e mais puro. Mas, se o mundo é um espetáculo, a reflexão não encontra lugar no mundo. E é preciso mesmo dizer que ela se destaca dele e permanece, ela própria, fora do mundo, se bem que fique sempre numa relação com o mundo. Mas isso é precisamente a fim de que esse mundo possa ser assumido por ela, a fim de que ela possa justificá-lo, seja por um ato de inteligência que descubra

a razão dele, seja por um ato do querer que o tome como matéria e o modifique, de tal modo que o valor possa se encarnar nele.

PROP. XIX. – *A reflexão envolve a totalidade do real.*

Não há objeto, real ou possível, que não possa se tornar objeto para a reflexão. A reflexão é o colocar em questão tudo o que há de determinado no mundo, tudo o que é realizado. Em consequência, ela é um retorno a uma atividade indeterminada e a um princípio de realização que deve possuir um caráter de unidade, conter em si de uma só vez a potencialidade e a razão de tudo o que pode ser, e que, ao mesmo tempo, deve fundar a unidade mesma do real e as relações que podemos estabelecer entre todas as suas partes. A reflexão é uma possibilização do real, a qual encerra em si sua unidade relacional.

PROP. XX. – *A reflexão separa-nos do fenômeno para nos tornar interiores àquilo que é.*

Quando se diz que a reflexão nos separa do mundo, é na medida em que esse mundo pode, ele próprio, ser considerado um conjunto de objetos, isto é, de fenômenos. Mas ela não [14] nos separa dele senão para nos fazer conhecer o ser desse fenômeno. Ora, ela própria pertence ao ser, no sentido de que não há nada fora do ser e de que, em consequência, há um ser da reflexão como há um ser do fenômeno mesmo, mas [sobretudo] neste outro sentido, muito mais profundo, de que, sendo uma atividade, ela própria não é um fenômeno e sim uma potência de auto-realização: o que é o caráter essencial do ser mesmo, do qual ela difere somente nisto – é que, em lugar de ser uma atividade absoluta, ela supõe um dado que ela mesma não colocou, e participa dessa atividade sem chegar a igualá-la jamais.